



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

Processo nº 10880.690160/2009-79

Recurso nº 1 Voluntário

Resolução nº 3801-000.492 – 1ª Turma Especial

Data 24 de abril de 2013

Assunto Solicitação de diligência

Recorrente VOITH PAPER MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Recorrida FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência, nos termos do voto do Relator. Fez sustentação oral pela recorrente o Dr. Fernando Giacon Ciscato, OAB/SP 198.179.

(assinado digitalmente)
Flávio de Castro Pontes – Presidente e Relator.

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Flávio de Castro Pontes, Sidney Eduardo Stahl, José Luiz Feistauer de Oliveira, Maria Inês Caldeira Pereira da Silva Murgel, Marcos Antônio Borges e Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira.

Relatório

Adoto o relatório da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento, que narra bem os fatos, em razão do princípio da economia processual:

1. *Trata o presente processo de Declaração de Compensação apresentada pelo Contribuinte em meio eletrônico (PER/DCOMP nº 29084.60799.180407.1.3.04-0104), na data de 18/04/2007 (página 1 – PER/DCOMP), pela qual pretende quitar os débitos declarados na página 4 do referido documento, com supostos créditos decorrentes de recolhimento indevido realizado por meio do DARF de 15/09/2004, no valor de R\$12.220,83 (código de receita: 6912).*
2. *Apreciando o pedido formulado, a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo (DERAT/SPO) emitiu o Despacho Decisório de fls. 5, datado de 23/10/2009, no qual pronunciou-se pela NÃO HOMOLOGAÇÃO por inexistência de crédito da compensação declarada.*
3. *Cientificada, em 05/11/2009, da solução dada à declaração de compensação apresentada, conforme informação constante às fls.7, a Insurgente, por intermédio de representante constituído, interpôs a Manifestação de Inconformidade de fls.08 a 18, tempestivamente, conforme fls. 128, com a juntada de documentos de fls.19-127 (Instrumento de procura "ad judicia et extra", documentos societários, cópia do DD, cópia da DCTF retificadora, cópia da DACON, cópia de folhas do Razão Acumulado, cópia da PER/DCOMP e tabela demonstrativa da conta contábil 120.8006.00000), apresentando, resumidamente, as seguintes alegações:*
 - 3.1. *A Requerente incorreu em erro no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), o qual não invalida o direito de compensação e reconhecimento de ofício de crédito líquido e certo, nem da homologação da compensação pretendida.*
 - 3.2. *Em adição, articulando que todo erro de forma é passível de retificação, informa que, inclusive, providenciou a entrega de nova DCTF, 16/10/2009, fls. 36, corrigindo os mencionados equívocos.*
 - 3.3. *Ademais, ratifica a existência de recolhimentos indevidos passíveis de serem compensados, o que pretende comprovar com os documentos que acosta, invocando, para tanto, a observância ao princípio da verdade material, pois que não foram analisados os documentos e demais elementos levados ao conhecimento das autoridades tributárias (DACON Retificadora, DCTF RETIFICADORA, RAZÃO).*
 - 3.4. *Em consequência, contesta a incidência de multa e juros.*

3.5. Alegando a necessidade de observância ao princípio da verdade material ou real, assevera que cabe ao agente fiscal averiguar os fatos realmente ocorridos.

3.6. Diante do exposto, requer seja julgada procedente a Manifestação em apreço, homologada a respectiva compensação, com a consequente extinção do crédito compensado, tendo por esteio os documentos que acosta e o princípio da verdade material.

3.7. Protesta, por fim, pela juntada de outros documentos, outras provas, bem como a regular intimação de seus patronos para produção de sustentação oral.

A DRJ em São Paulo (SP) julgou improcedente a manifestação de inconformidade, nos termos da ementa abaixo transcrita:

***DESPACHO DECISÓRIO. AUSÊNCIA DE SALDO DISPONÍVEL.
MOTIVAÇÃO.***

Motivada é a decisão que, por conta da vinculação total de pagamento a débito do próprio interessado, expressa a inexistência de direito creditório disponível para fins de compensação.

DCOMP. PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR.

A mera alegação da existência do crédito, desacompanhada de elementos cabais de prova quanto aos motivos determinantes das alterações nos débitos confessados originalmente por intermédio da DCTF, não é suficiente para reformar a decisão não homologatória de compensação.

PEDIDO DE PRODUÇÃO POSTERIOR DE PROVAS.

As provas que possuir, salvo excludentes legais expressamente previstas, devem ser apresentadas no prazo para Impugnação/Manifestação.

INTIMAÇÃO. DOMICÍLIO DO SUJEITO PASSIVO. ENDEREÇO DIVERSO. IMPOSSIBILIDADE.

Indefere-se o pedido de endereçamento de intimações ao escritório dos procuradores em razão de inexistência de previsão legal para intimação em endereço diverso do domicílio do sujeito passivo.

***SUSTENTAÇÃO ORAL EM SESSÃO DE JULGAMENTO.
INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO NA LEGISLAÇÃO QUE REGE O PROCESSO ADMINISTRATIVO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA.*** Deve ser indeferido o pedido de sustentação oral em sessão de julgamento na primeira instância administrativa, tendo em vista a falta de previsão na legislação pertinente, em especial o Decreto nº 70.235/72 e a Portaria MF nº 58/2006.

Discordando da decisão de primeira instância, a recorrente interpôs recurso voluntário, instruído com diversos documentos, cujo teor é sintetizado a seguir.

Em breve arrazoado, inicialmente, descreve os fatos argumentando que a recorrente incorreu em erro no preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF).

Sustenta, em preliminar, a nulidade da decisão de primeira instância uma vez que o indeferimento do pedido de sustentação oral infringe o direito constitucional de ampla defesa e contraditório.

No mérito, alega que embora tenha havido uma inconsistência no preenchimento da DCTF (erros formais), é inegável seu direito creditório em razão da materialidade das informações constantes no presente processo.

Outrossim faz diversas referências a contribuição Cofins que não é objeto de discussão.

Defende a tese de que não é razoável que o contribuinte seja penalizado pela análise isolada de uma de suas obrigações acessórias, ao passo que as demais (DIPJ e o Livro Razão), devidamente retificadas antes de proferido o despacho atacado, sejam desconsideradas como elemento probatório.

Em relação ao direito creditório, afirma que a necessidade de informar os motivos e operações que foram objeto de retificação transcendem o assunto debatido no presente processo, pois o objeto em discussão é o erro de forma e que está comprovado através da própria DIPJ e DCTF retificadoras.

Insiste na tese de que conforme informação fiscal/contábil possui crédito proveniente do recolhimento indevido ou a maior de PIS da competência de agosto de 2004.

Destaca que todo erro de forma, ou seja, aquele que não turbe o direito material é passível de retificação.

Relata que causou espanto a força que se dá à análise isolada da DCTF, com a inconsistência apontada, sem se recorrer à análise sistemática com as demais obrigações acessórias: DCOMP, DIPJ e Livro Razão, desconsideradas como elemento probatório.

Faz referência ao princípio da verdade material, colacionando doutrina e jurisprudência sobre este princípio.

Reitera que apenas houve erro de forma no preenchimento da DCTF, facilmente comprovado através da análise sistemática dessa declaração com as demais obrigações acessórias: DCOMP, DIPJ e Livro Razão. Afirma que o erro é completamente escusável e encontra-se patente a boa-fé da recorrente.

Cita jurisprudência do antigo Conselho de Contribuintes sobre a existência de erros no preenchimento da DCTF.

Discorda da incidência de multa de 20% e da imputação de juros de mora pelo simples fato de que não há débito a ser liquidado.

Ressalta que em medida judicial posterior ao encerramento do presente processo administrativo não se pode alegar que o contribuinte deu causa à suposta exigência fiscal.

Por fim, requer que fosse dado provimento ao seu recurso voluntário e alternativamente seja determinada baixa dos autos à fiscalização de modo a apurar e confirmar as informações trazidas pela recorrente no bojo do presente processo administrativo.

É o relatório.

CÓPIA

Voto

O recurso é tempestivo e atende aos demais pressupostos recursais, portanto dele toma-se conhecimento.

A recorrente sustenta que possui crédito proveniente do recolhimento indevido ou a maior de PIS da competência de agosto de 2004. Do exame do despacho decisório que indeferiu a compensação, verifica-se que essa matéria não foi apreciada. A autoridade fiscal não enfrentou o mérito do direito creditório, apenas considerou os dados apresentados na DCTF original.

As diversas referências no recuso voluntário à Cofins serão entendidas como contribuição PIS em face de que o processo trata de repetição de indébito decorrente de pagamento a maior ou indevido da contribuição PIS.

Registre-se, por oportuno, que a DCTF retificadora foi apresentada antes da ciência do despacho decisório. Assim, a interessada não foi intimada a justificar a origem de seu crédito, o que de fato lhe trouxe prejuízo.

Convém ressaltar que o simples erro de preenchimento da DCTF não pode resultar em enriquecimento ilícito da Fazenda Nacional. Ademais, não há óbice legal para a apresentação de DCTF retificadora antes da emissão do despacho decisório. De sorte que o mero erro de fato no preenchimento da DCTF não é elemento suficiente para afastar o direito à restituição de tributo pago a maior ou indevidamente.

Com efeito, é incontrovertido o bom direito da recorrente. Neste sentido, os dados da DCTF retificadora e os demais documentos colacionados (Dacon e Livro Razão) são indícios de prova dos créditos e, em tese, ratificam os argumentos apresentados.

Não se pode perder de vista que os fundamentos do despacho decisório afastam-se da realidade fática, ou seja, a administração fazendária desconsiderou as informações constantes da DCTF retificadora e do Dacon, o que fere o princípio do devido processo legal e implica ofensa ao amplo direito de defesa administrativa, que é uma garantia individual e reconhecida constitucionalmente.

Em que pese o direito da interessada, do exame dos elementos comprobatórios, constata-se que, no caso vertente, os documentos apresentados são insuficientes para se apurar o valor correto da contribuição PIS referente ao período de apuração em discussão.

Ante ao exposto, voto no sentido de converter o presente julgamento em diligência para que a Delegacia de origem:

a) apure com base na escrituração fiscal e contábil a correta composição da base de cálculo e o respectivo valor a recolher da contribuição PIS do período de apuração em discussão, verificando se houve pagamento a maior ou indevido;

b) cientifique a interessada quanto ao teor dos cálculos para, desejando, manifestar-se no prazo de dez dias.

Após a conclusão da diligência, retornar o processo a este CARF para julgamento.

(assinado digitalmente)
Flávio de Castro Pontes - Relator

CÓPIA